

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>33659</u>
Classificação
Data <u>05/04/02</u>
Data <u>10/10/08</u>

Expeça-se
Publique-se
2010/10/11
Secretário da Mesa <i>[Signature]</i>

REQUERIMENTO Número 42/XI (2.ª) Ae

PERGUNTA Número XI (.ª)

Assunto: Informação relativa ao concurso de docentes 2010/2011 e relativa à política contratual dos funcionários não docentes das escolas.

Destinatário: Ministério da Educação

*Por determinação de SECCP-AR, à
Sra. Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

10.10.11
[Signature]

Está instalada a confusão total nas escolas. Exemplo disso é a trapalhada que se gerou em torno das colocações dos docentes nas escolas, quer seja pelo facto de muitos não terem obtido colocação, quer seja por muitos destes docentes terem sido colocados a vários quilómetros do seu local de residência ou ainda pela falta de docentes em muitas escolas, passadas mais de duas semanas desde o início do ano.

As colocações do Concurso anual com vista ao suprimento das necessidades transitórias de pessoal docente para o ano escolar de 2010 -2011, saíram a 30 de Agosto. Importante relembrar que desde o ano lectivo 2006/07, os quadros do Ministério da Educação já perderam para a reforma - muitas vezes antecipada - 15 210 docentes, dos quais 1051 abandonaram a profissão entre Abril e Agosto deste ano, não tendo no mesmo período chegado a 300 os docentes precários que passaram a ter vínculo permanente.

Ainda assim, perante as vagas deixadas livres pelos docentes que se foram aposentando, das 50 mil candidaturas cerca de 33 mil docentes ficaram de fora, tendo sido colocados apenas 17.276. As necessidades transitórias das escolas são na maioria dos casos permanentes, prova disso é o número de renovações de contrato de docentes, as chamadas reconduções, que foram cerca de 10 mil. A esta enorme massa de docentes que ficaram de fora resta-lhes agora uma de duas alternativas. O concurso à Bolsa de Recrutamento, que o Ministério foi abrindo ao longo do mês de Setembro em 4 fases distintas, e as chamadas Ofertas de Escola.

Do outro lado temos os funcionários não docentes mergulhados numa situação de profunda precariedade laboral. Dúvidas persistem sobre a política contratual das assistentes operacionais, seja pelos municípios seja pelo próprio Ministério, bem como sobre os critérios que determinam a

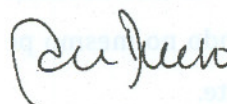
distribuição de psicólogos e técnicos pelos agrupamentos escolas não agrupadas.

Dada a inexistência de qualquer esclarecimento por parte da Ministra da Educação, quando interpelada sobre estas matérias em plenário da Assembleia da República. *E ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir o Governo, através do Ministério da Educação que nos seja facultada a seguinte informação:*

1. Número de horários por preencher nas escolas passado um mês sobre o início do ano lectivo.
2. Número de psicólogos colocados nas escolas nos anos lectivos 2009/2010 e 2010/2011.
3. Número de professores colocados pela bolsa de recrutamento e número de professores colocados pelas ofertas de escola.
4. Número de assistentes operacionais integrados nas escolas pelo Ministério da Educação e respectiva remuneração.
5. Número de assistentes operacionais integrados nas escolas pelos Municípios e qual a verba destinada pelo Ministério da Educação para o efeito.

Palácio de São Bento, 8 de Outubro de 2010.

A Deputada



Ana Drago